

COLONIALIDADE E “BRANQUEAMENTO DO TERRITÓRIO” NA EXPANSÃO DO CAPITAL TURÍSTICO SOBRE AS COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MORRO DE SÃO PAULO-BA.

Leonardo Fiusa Wanderley¹

Resumo: O presente trabalho reflete sobre a expansão do turismo na localidade conhecida como “Morro de São Paulo”, ilha de Tinharé, município de Cairu-BA. Trata-se de uma localidade com forte presença de comunidades tradicionais de descendência afro-indígenas, que têm na pesca artesanal uma das suas atividades produtivas, mas que ao longo das últimas décadas vem sendo desterritorializada pelo capital turístico-imobiliário nacional e internacional. A forma como se dá a invasão do turismo nos permite identificar dispositivos que concretizam um padrão de poder colonial, bem traduzido no chamado “branqueamento do território”.

Palavras-chave: capital turístico, colonialidade, branqueamento do território, corpos negro, comunidades tradicionais.

Introdução

Muito se discute sobre como a globalização tem impulsionado a produção de espaços cada vez mais desiguais. A globalização hegemônica pode ser entendida como sistema de técnicas e de ações que asseguram a emergência de um mercado dito global (SANTOS, 2001). Está a se falar, portanto, de uma dinâmica de expansão do mercado e da lógica capitalista sobre os diversos cantos do planeta.

No entanto, a globalização contemporânea não pode ser apartada de uma compreensão histórica capaz abarcar os processos colonizatórios enquanto fundantes de determinadas relações que se perpetuaram no tempo. Como discorre Quijano (2005):

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a idéia de *raça*, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e **que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo.** Esse eixo tem, portanto, origem

¹ Doutorando em Geografia na Universidade Federal da Bahia. Integrante do Grupo de Pesquisa Geografar. Professor do curso de Direito da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: leofwanderley@gmail.com

e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico.(p.01)

A colonialidade e o racismo, intrínseco a este, operam um sistema de poder estruturante nas relações hierárquicas, de exploração e dominação da modernidade, e nos processos de expansão e acumulação capitalista. A partir destas compressões, o presente trabalho pretende levantar elementos para refletir sobre a expansão socioespacial² capitalista na localidade conhecida como “Morro de São Paulo”, na ilha de Tinharé, município de Cairu-BA. Trata-se de uma localidade com a presença de pessoas e comunidades de descendência afro-indígena³, em que a forma como tem se dado a expansão do turismo permite identificar elementos que concretizam um padrão de poder colonial. Intenta-se, portanto, investigar a lógica colonial/racista do “desenvolvimento” protagonizado pelos agentes do capital turístico-imobiliário. Uma lógica que, no caso do Morro de São Paulo é bem traduzida no conceito de “branqueamento dos territórios” (SANTOS, 2017; CORRÊA, 2017).

Colonialidade do poder e o branqueamento do território no avanço do turismo sobre as comunidades do Morro de São Paulo-ba.

O conceito de “gentrificação” tem sido utilizado para expressar um fenômeno cada vez mais comum nos processos de desenvolvimento sócio-espacial. Um fenômeno constantemente relacionado a forças universais que comandam o modelo de globalização em curso e que se concretiza na expulsão das populações mais empobrecidas, tidas como indesejadas ou perigosas, dando lugar a uma nova configuração sócio-espacial a partir de investimentos públicos e privados que se voltam a fomentar a ocupação pelas classes de renda mais alta. Conforme Smith (1988),

A gentrificação representa o processo de enobrecimento urbano, em que pessoas mais abastadas migram para as áreas centrais das cidades, promovendo a reforma e a recuperação das habitações e /ou de áreas

² Conforme Souza (2016) o hífen na palavra sócio-espacial, a priori, não caberia, no entanto, o autor ressalta a importância dele como demarcação e conveniência conceitual e científica. O uso da palavra sócio-espacial, com hífen, demarca com mais precisão o entendimento de que “as relações sociais e espaço são inseparáveis, mesmo que não se confundam” (p.16). O sócio, separado, mais do que qualificar o espaço “é um indicativo de que se está falando direta e plenamente, também das relações sociais”. Para o autor “O espírito é iluminar o espaço recorrendo às relações sociais, e estas recorrendo-se ao espaço, em uma dialética sem fim.” (p.18)

³ Antes da colonização, a ilha era de domínio dos Povos Tupiniquins e Tupinambás. Ao longo do período pós-colonial foram formadas comunidades envolvendo de origem predominantemente negra e indígena. Na ilha duas comunidades se autoreconhecem como Quilombolas, a comunidade da Batateira e do Galeão.

dilapidadas ou degradadas, substituindo os locatários de nível sócio-econômico mais baixo que aí moravam. (p.07)

Trata-se de um fenômeno manifesto no caso da localidade do Morro de Paulo. Onde viviam principalmente pessoas com moradias mais simples, em que a pesca artesanal como atividade produtiva ganhava destaque, observa-se hoje um cenário de grandes pousadas e hotéis, bares e restaurantes de luxo. A partir dos anos 70, “as casas de pescadores nativos foram se transformando em pousadas e hotéis, restaurantes, lojas, farmácias, sorveterias, lanchonetes[...]”⁴, e casas de Veranista. Um processo que, desde então, só vem se intensificando com novos investimentos cada vez mais sofisticados, que envolvem o capital turístico e imobiliário nacional e internacional.

Uma nova organização sócio-espacial, em que as áreas mais centrais e próximas ao mar foram quase que totalmente tomadas e moradores de alta renda (a maioria provenientes de outras cidades e países), e empreendimentos de luxo, enquanto os antigos moradores ou “nativos”, pescadores/as e trabalhadores - que não migraram para outras cidades ou que migraram para a localidade - se apertam em bairros bastante precarizados e mais distantes da praia. As comunidades tradicionais, negras e afro-indígena, de “nativos”, e de trabalhadores/as⁵ atualmente vive nos bairros da Mangaba, Buraco do Cachorro e Zimbo.

É possível ampliar a complexidade na análise dos mecanismos de produção e expansão das relações sócio-espaciais capitalista, ao se perceber que nestes tem se concretizado também a imposição de um padrão de poder colonial. Anibal

⁴Publicação sobre a História do Morro de São Paulo, disponível em:

<http://www.morrodesaopaulobahiaBrasil.com/sobre-morro-de-sao-paulo/historia.htm>

⁵ Dentro de cada bairro e entre pessoas que habitam diferentes bairros do Morro de São Paulo, se constituem relações de sociabilidade próprias que permitem afirmar a existência de comunidades ou de uma comunidade. Comunidade ou comunidades que se materializam a partir de diversos aspectos que se entrecruzam e lhes diferenciam de turistas, viajantes, veranistas, e integrantes dos grupos de alta renda: (i) a condição de cor e de ascendência, sendo predominantemente de cor “preta” e origem afro-indígena; (ii) serem formada(s) por aqueles/as que moram e têm uma trajetória familiar na localidade, o que fornece o status de “nativos/as”; (iii) a condição geral de trabalho e renda, que lhes diferenciam dos integrantes do grande e médio capital turístico, sendo formada(s) por trabalhadores/as que vendem sua força de trabalho nos hotéis e restaurantes ou desenvolvem trabalhos autônomos, geralmente, informais;(iv) a condição cultural e socioambiental constituída a partir da resistência de práticas culturais próprias e da relação diferenciada com os bens ambientais. A pesca artesanal e o extrativismo já foram as principais fontes de subsistência da(s) comunidade(s), e ainda resistem no seu cotidiano. Caminhos e áreas de uso tradicional, como as matas, a praias e a “Lagoa do Morro”, são vistas como territórios comuns. A organização de eventos coletivos como a festas religiosas, jogos de futebol, encontros de hip hop, entre outras, são parte dos vínculos de sociabilidade. Ou seja, apesar de não se auto-reconhecerem, formalmente, como Comunidade Tradicional pesqueira, quilombola ou qualquer outra, é possível identificar a presença de “formas próprias de organização social”, a “ocupação e o uso dos territórios e dos recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”, nos termos do conceito propostos pelo art. 3º, inciso I do Decreto 6040/2007, que trata da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.

Quijano(1997;2005) situa a colonialidade do poder como processo intrínseco à constituição e à dinâmica de aprofundamento e expansão do sistema-mundo moderno-capitalista.

A categoria “colonialidade” contribui para decifrar com mais precisão o aspecto eurocêntrico e cultural da globalização capitalista, que envolve a subjugação do conhecimento, das formas de trabalho e do modo sociabilidade de comunidades e povos “não-europeus”. A partir de operações mentais gestadas na experiência histórica do processo de colonização, tudo que for diferente do padrão econômico e de sociabilidade capitalista, branca, europeia, é tido como inferior, primitivo, atrasado.

"[...] o mito fundacional da versão eurocêntrica da modernidade é a ideia do estado de natureza como ponto de partida do curso civilizatório cuja culminação é a civilização europeia ou ocidental. Operações intelectuais que não teriam podido ser cultivadas e desenvolvidas sem a manutenção do caráter colonial do poder", (QUIJANO, 2005, p. 127).

A noção de colonialidade pode fornecer elementos importantes para compreender o processo de desterritorialização das comunidades tradicionais, uma vez que explicita uma lógica articulada de controle sobre o ser, sobre a natureza, sobre, o trabalho, sobre o conhecimento e sobre a cultura (QUIJANO, 1997 e 2005). A inserção destes territórios à “economia global”, tem se dado por meio da degradação e contaminação do meio ambiente, da expropriação de populações camponesas e tradicionais, da exploração do trabalho, como também na eliminação da diversidade epistêmica e cultural.

Na ofensiva do turismo sobre os territórios das comunidades tradicionais do Morro de São Paulo, esse cenário está presente, seja pela via dos impactos na dimensão mais material – como, por exemplo, nos ataques aos bens ambientais, ao território pesqueiro, aos caminhos e áreas comuns –, seja nas transformações que interferem na dimensão mais imaterial, algo que vai desde a “ressignificação simbólica dos lugares, de modo a torná-los aprazíveis aos turistas” (PORTO, 2016, p. 157), passando pela eliminação, “folclorização” e “mercadorização” de costumes e tradições locais.

Para Coriolano (2006), as contradições do turismo “são mais patentes do que nas demais atividades econômicas porque ele é, em sua origem, elitista, produtor dos chamados não lugares, nega algumas vezes o local e degrada as culturas para maximizar o lucro”.(p. 46). Os serviços turísticos, como (hotéis, restaurantes, agências de viagens, transporte), são apropriados pelos grandes investidores do capital nacional associado ao estrangeiro, rompendo as cadeias produtivas das comunidades, facilitando a exploração

de mão de obra local. É indutor, também, dos processos de privatização e mercadorização da terra e da natureza.

No cotidiano do Morro de São Paulo, a desterritorialização material e simbólica está presente de varias formas. Com a distância das comunidades em relação ao mar e a ausência de espaço a beira da praia para os apetrechos, as atividades da pesca artesanal tendem a enfraquecer ainda mais. Além disto, praticamente todo o entorno da localidade, onde se encontram áreas tradicionais para práticas econômicas, culturais, religiosa, e de lazer, como fontes, lagoas, áreas de lazer, campos de mangaba, caminhos, tem sido privatizado, cercado e/ou destinada a grandes e médios empreendimentos turísticos e imobiliários⁶. Em nível de exemplo, está em processo de implantação um novo loteamento fechado de proporções gigantesca, que além de cercar áreas de uso tradicional, vai gerar(*e já está gerando*) o desmatamento de significativa área de mata atlântica nativa.



Figura 1 – Foto aérea do Morro de São Paulo com projeção do empreendimento⁷.

O caso do Morro de Paulo materializa em uma escala local um conjunto de mecanismo do capitalismo global que vão desde aspectos econômicos até aspectos

⁶ A articulação entre o capital turístico e imobiliário é notória. O turismo movimenta o mercado imobiliário e a ação do capital imobiliário garante as condições para o investimentos do capital turístico. Tudo isto com o apoio e financiamento do Estado em suas três esferas. O Estado tem sido um instrumento essencial para a expansão do turismo nas ilhas e seus processos desterritorialização, e faz isso não só garantindo a apropriação privada/grilagem das terras nos territórios tradicionais, como também por meio de programas de financiamento aos grandes empreendimentos turísticos e imobiliários; da legitimação dos impactos sociais, ambientais e culturais, através da concessão de licenças ambientais e urbanísticas; dos processos de perseguição e criminalização das comunidades que lutam pelo direito ao território, entre outras.

⁷ Disponível no site do empreendimento: vivermorrodesaopaulo.com.br

políticos, sociais, culturais, ontológicos e epistemológicos. O avanço do capital turístico sobre um território originalmente controlado por uma comunidade tradicional pesqueira e extrativista, “nativa”, de descendência iminentemente negra e indígena, com um modo de produção, costumes e formas de organização política próprias tem significado a imposição de um padrão civilizatório eurocêntrico tido como mais avançado ou moderno.

Esta imposição é reforçada com o discurso de desenvolvimento, que parte do pressuposto de que as comunidades tradicionais estão paradas no tempo e presas no espaço devendo ser incluída no mercado global, principalmente a partir de investimentos no turismo. Um desenvolvimento que nada mais é do que a incorporação de novos territórios e de novos sujeitos ao processo de acumulação do capital, que traz em sua essência um caráter colonial.

Neste percurso, a dimensão racial, enquanto eixo fundamental do padrão de poder capitalista moderno e eurocentrado que comanda os movimentos globalizatórios, permeia os processos desterritorialização. Como aponta QUIJANO (2000) trata-se de um padrão de poder fundado na “imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo”, que opera “ em cada um de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales e subjetivas de la existência social e cotidiana y a la escala societal”. Em sentido similar, MUNANGA (2003) explica que o conceito de raça se tornou a base para os processos de dominação branca-capitalista-europeia sobre grupos e povos com cultura, valores, conhecimentos, economias distintas (p.05). Neste contexto, tudo que está fora dos padrões dos protagonistas da colonização vão sendo colocados na condição de barbarismo, a ser “salvo” e ao mesmo tempo controlado pelas empreitadas “civilizatórias”, que atualmente vestem a manta de “progresso” e “desenvolvimento”.

A invasão do turismo sobre as comunidade tradicionais “não brancas” trazem consigo um discurso e uma prática de desterritorialização e reterritorialização que ao impor um modelo de desenvolvimento colonial-moderno-capitalista embranquecem sujeitos e comunidades. No contexto da localidade do Morro de São Paulo, a gentrificação dos espaços onde vivem/viviam as comunidades tradicionais pesqueiras traz em sua essência um caráter colonial, eurocêntrico e racista, muito bem traduzido no chamado “branqueamento dos territórios”.

Entende-se território como “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p.78), visto em sua multidimensionalidade, ou seja, tanto em sua dimensão política, quanto econômica, quanto cultura-simbólica

(distinguíveis, porém inseparáveis) (SOUZA, 2016). Imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, que se desdobram “ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2004, p. 95-96). Neste sentido, branquear um território significa que novas forças, envoltas em um contorno branco-eurocêntrico, passam a controlar os modos de organização e as práticas sociais, econômicas, culturais, políticas num determinado espaço. O branqueamento se traduz, portanto, em “uma intervenção racializada no território que produz representações da realidade em uma perspectiva eurocêntrica” (RIBEIRO, 2014, p.1272). Uma dominação territorial concretizada na ampliação das hierarquias e conflitos étnico-raciais, na diminuição do poder das comunidades, na folclorização, mercadorização e/ou violação das práticas culturais de raiz afro-indígena. Segundo Corrêa (2017), com base nos ensinamentos de Renato Santos, o branqueamento do território é entendido a partir de três dimensões:

uma atuando diretamente no ordenamento da ocupação do território, o *branqueamento da ocupação*, outra criando uma imagem e/ou apagando outra - um geografia imaginativa dos grupos e seus símbolos - do território, o *branqueamento da imagem*, e, por fim, a normatização de uma cultura eurodescendente como única matriz válida em detrimento de outras, o *branqueamento da cultura*. Essas dimensões sintetizam a tentativa de invisibilização e reconstrução sob a lógica eurocêntrica de “territórios não brancos”, ou seja, o apagamento da presença das grafagens espaciais (R. SANTOS, 2009), das geo-grafias (PORTO-GONÇALVES, 2003) negras e indígenas no território.(p.123)

No Morro de São Paulo, está lógica poder ser identificado, por exemplo, na relocação de uma população “não branca” que vivia mais próxima da faixa de praia (branqueamento da ocupação), na destituição de um padrão estético afro-indígena e das grafias tradicionais no espaço (branqueamento da imagem), na ofensiva direta ou indireta contra o modo vida, os costumes, religiosidade, a musicalidade, linguagem e as demais práticas culturais e religiosas⁸ (branqueamento da cultura). A invasão do turismo, nestes moldes, tem cada vez mais colocado a comunidade pesqueira e a população “não branca”, que tradicionalmente vive e controla a localidade, numa condição de subalternidade e dominação política, econômica, espacial e cultural-simbólica. É fundamental, portanto, compreender a chamada gentrificação em sintonia

⁸ Em relação à determinadas práticas culturais e religiosas de matriz africana, podem ser identificados tanto os processos de folclorização e mercadorização, quanto de estigmatização/demonização. As lideranças das religiões neopentecostais constantemente assumem o protagonismo dos processos de estigmatização/demonização e tem ampliada cada vez mais a inserção nos territórios das comunidades do Morro.

com o funcionamento destes mecanismos de poder capitalista, colonial, eurocêntrico e racista.

Branqueamento do território e controle dos corpos negros no Morro de São Paulo-Ba

A dinâmica ocidental de civilização implica uma relação tensa entre civilização e barbarismo. Tensão que foi abraçada também no repertório da ciência dominante, responsável pela criação ou validação de um conjunto de classificações e hierarquias que supervalorizam, dentre outras, as técnicas, os modos de vida, a cultura, o conhecimento, o gênero e a cor daqueles que financiaram a empreitada colonizatória. No que se refere à ideia de raça é muito peculiar o fato de que a ciência dominante chegou a apontar, expressamente, uma hierarquia objetiva entre pessoas de cor branca *versus* de cor preta. Como explica MUNANGA (2003) estas hierarquias foram inventadas com base na falácia de “uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais.” (p.05).

Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação. (MUNANGA, 2003, p.05)

A imputação de inferioridade e barbarismo, no entanto, é feita com um certo “relativismo”, fundamental no processo de dominação e controle. Conforme (HAMLIM E FERREIRA, 2010), na história do pensamento ocidental negros são colocados na condição de monstros, ou seja, não são completamente “natureza”, mas colocados em proximidade com ela, o que configura a essência liminar de sua humanidade. Para o grego, o monstruoso é *hybris*, desproporção, falha ou impossibilidade de civilização. Ao mesmo tempo é um corpo que precisa ser civilizado. Aí reside a ambiguidade fundamental para o controle, pois cabe ao corpo ser civilizado, mas considerando-se que nunca será um igual.

Segundo tal forma de pensar, um espaço de civilização que se contraponha a essa proximidade deve ser forjado – um espaço em que, da segurança do

mundo da cultura, seja possível objetivar e controlar esses seres fronteiriços. (HAMLIM e FERREIRA, 2010, p. 812)

Neste caminho mais uma ambiguidade se coloca: o “outro” é aquele que em princípio não deve circular, mas também aquele que não pode deixar de circular, sob pena de privar o discurso civilizador da oposição que o funda: em sua feiura, desproporção, desordem, o monstro é o outro do civilizado (HAMLIM e FERREIRA, 2010. Assim tanto o que passou a ser controlado, quanto o que não se deixou dominar servem como exemplo, sendo o primeiro o que deve circular, e o segundo o que deve estar “fora dos muros da pólis”, como o Minotauro da mitologia grega.

Com essas lentes, pode-se olhar a realidade de branqueamento do território na localidade do Morro de São Paulo. Nas pousadas e hotéis os corpos negros circulam na condição de mão de obra superexplorada, em postos de subserviência. Assumem trabalhos “autônomos” e informais bastante precarizados e extenuantes, que chegam a repetir cenários escravistas, como é o caso do ofício de carregadores de malas.



Figura 2 e 3 - Trabalho dos carregadores de malas na localidade do Morro de São Paulo.

Em conversa com uma jovem negra, que faz parte do movimento Hip Hop no “Buraco do Cachorro”, ela relata que no seu bairro mora “a galera que trabalha nas pousadas nos restaurantes, nas lojas, mas também sempre em cargos inferiores, não conheço ninguém que é gerente, por exemplo”. Este contexto remete às expectativas de superioridade presente no repertório das elites brancas, apontadas por KRIPPENDORF (1989).

no hotel, na praia, só se toma conhecimento dos nativos através de suas funções como serviçais: o servente, a arrumadeira, o vigia, os vendedores de souvenirs, os chofés, os músicos, os dançarinos de músicas folclóricas. Esta situação reforça o sentimento de superioridade. (p. 113)

A moradora descreve, também, sua inquietação com o lugar dos/as jovens negros/as nativos nas festas privadas, que são quase diárias no Morro de São Paulo. Ou não podem entrar, ou entram na condição de servir, como funcionários da limpeza ou do bar, ou para entreter, principalmente como dançarinos/as. Diz que certa vez foi em uma destas festas e ficou pensando: “só tem gente branca aqui, só tem gente branca aqui, e os caras negros fazendo show para os brancos”.

Nestas festas privadas, em regra, os corpos negros são vistos como fora do novo padrão de beleza europeizada ou em uma lógica objetificada e hipersexualizada. Esta lógica pode ser associada à presença do imaginário de grande parte dos turistas dos países centrais de que “a periferia do capitalismo é o ‘bordel do primeiro mundo’, (OURIQUES, 2005. p. 104), de que o ‘outro’ é mero objeto, pela sua sexualidade e pela sua raça.” (OURIQUES, 2005. p. 104).

Aqueles que, de forma consciente ou não, se contrapõem às expectativas de quem comanda a nova territorialidade do capital turístico, os que “não se deixaram dominar”, são “punidos”, “empurrados para fora do muro da polis”. As punições se dão de variadas formas: não contratação por parte das empresas e do Poder Público, alvo dos discursos estigmatizantes, aplicação dos mecanismos coercitivos estatais e privados, entre outras.

Na ilha de Tinharé, uma comunidade vizinha à localidade do Morro de São Paulo, sofre constantes perseguições por não ter aceitado se submeter aos comandos do “poderosos”. Trata-se da Comunidade Pesqueira e Quilombola da Batateira, que reivindica o domínio sobre suas terras e enfrenta a todo custo as tentativas de implantação de empreendimentos privados em suas terras. Por defender sua identidade negra e territorialidade, sofre com a disseminação de ideias racistas estigmatizadoras sobre seus integrantes, com a dificuldade de acessar trabalho na esfera privada e pública, além de estar sob constante ameaça por parte dos agentes do capital. A mando de um empresário que intentava se apropriar do território do quilombo, a comunidade foi invadida por capangas e policiais a paisana, que derrubaram casas e colocaram armas sobre mulheres e crianças visando obrigar que as famílias deixassem o local.

Ocorre também dos/as “nativos/as”, em sua maioria negros/as, serem inseridos nos circuitos da territorialidade do capital turístico, mesmo que fora de uma posição de efetiva igualdade, o que alimenta a lógica das possibilidades de inserção, fundamentais para o projeto “civilizatório”. Nota-se assim, a presença de corpos negros ou não brancos, civilizados, que “aprenderam como trafegar” conformes os ditames dos

“civilizados” (HAMILIM e FERREIRA, 2010). A jovem, citada acima, observa que alguns “nativos”, que estão mais inseridos nos ambientes do turismo, começam a reproduzir compreensões elitista e racista. Relata que um dia chamou um colega, também negro, pra ir a uma “festa que o pessoal da comunidade faz na lagoa”, e que a colega dizia “nossa aquilo tá muito feio, aquela festa ali ‘feão’ vei”.

No entanto, os processos de resistência e enfrentamento ao branqueamento do território, e pela afirmação de suas lutas no âmbito cultural e material, estão vivos e presentes. Seja de forma mais consciente e intencional como no movimento hip hop, que organiza um evento chamado “Hip Hop in Paradise”.

O Hip Hop in Paradise, acontece desde 2016, sempre no mês de maio, que durante um final de semana muda a rotina do local [...]o “Hip Hop in Paradise” (alusão a Morro de São Paulo como “paraíso”), surgiu como um incentivo a cultura, uma outra alternativa de prazer e lazer. Especialmente para o público que não é o alvo das festas privadas que acontecem na região, em pousadas, por exemplo (ALMEIDA FILHO, 2019).

Seja de forma, a princípio, menos intencional, como na luta dos nativos que continuam a realizar atividades de comércio informal em locais indesejados pelos donos dos grandes restaurantes e pousadas; seja na ocupação das praias ‘reservadas’ aos turistas pelo “baba”(jogo de futebol) dos nativos no final de tarde; seja nos pescadores, marisqueiras e extrativistas que resistem a abandonar suas atividades e caminhar por áreas privatizadas e cercadas. Seja na luta para manter os festejos de matriz afro-indígena, como a festa de Iemanjá. Seja na resistência dos nativos a vender suas casas para os agentes do capital turístico e imobiliário, inclusive nas áreas supervalorizadas. Entre muitas outras formas.

Considerações finais

Este ensaio foi uma tentativa de compreensão da lógica de criação e produção sócio-espacial no âmbito da expansão do capital, a partir dos elementos coloniais que se mantêm intrínsecos a esta lógica. Investigou-se como o padrão de poder capitalista/colonial/racista transita pelas diversas escalas: desde uma escala global, passando pela escala dos territórios, até a dos corpos.

Tendo como base os processos de invasão do capital turístico-imobiliário na localidade do Morro de Paulo, verifica-se que a dimensão das hierarquizações étnico-raciais tem uma dimensão estruturante nos processos de desterritorialização e

reterritorialização. Uma desterritorialização que, como explica HAESBAERT (2004), nem sempre tem uma dimensão física bem definida, mas que implica de fato na perda do efetivo domínio e apropriação da comunidade sobre seu território. Uma desterritorialização que pode ser traduzida no caso do Morro de São Paulo, enquanto um dispositivo de “branqueamento do território”

[...] acionado na intenção de organizar os espaços em prol de um grupo branco em detrimento de grupos não brancos. Isso se aplica aos lugares que cada um deve ocupar, o papel que devem exercer e os padrões simbólicos a serem valorizados, contribuindo para a manutenção de um padrão eurocêntrico no que diz respeito à reprodução material e simbólica.

No Morro de São Paulo a dinâmica de exclusão e inserção controlada dos corpos negros, e o funcionamento de mecanismos repressivos e ideológicos de construção de imaginários eurocêntricos e funcionais ao capital turístico, se associam a processos de eliminação ou mercadorização/folclorização da cultura negra e indígena, à privatização e cercamento das áreas de uso tradicional, à implantação de grandes e megaempreendimentos que superexploram a mão-de-obra local e degradam a os bens ambientais. Ou seja, inviabiliza-se e subordinam-se práticas produtivas, culturais, religiosas e de sociabilidade que compõem a territorialidade das comunidades negras/afro-indígenas, tradicionais e “nativas”.

Este cenário aponta para a complexidade dos processos de desterritorialização, que têm na dimensão étnico-racial um fator estruturante. Assim, não há que se falar apenas em gentrificação, mas também em branqueamento do território, não há que se falar apenas em controle dos/as pescadores/as, nativos/as e trabalhadores/as, mas também na dominação de corpos negros. A colonialidade, portanto, enquanto padrão de poder e enquanto categoria de análise, é parte intrínseca dessa realidade e instrumento teórico fundamental para a sua compreensão.

Referências

ALMEIDA FILHO, Paulo de. **Do “Buraco do Cachorro” para o mundo**. Agência Nacional das Favelas, 2019. disponível em <<https://www.anf.org.br/hip-hop-in-paradise-do-buraco-do-cachorro-para-o-mundo/>>, acesso em 08 de setembro de 2019.

CORRÊA, Gabriel. **O branqueamento do território como dispositivo de colonialidade do poder: notas sobre o contexto brasileiro**. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de Oliveira (org.). Geografia e giro descolonial.

Experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, p. 117-131

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O turismo nos discursos, nas políticas de combate à pobreza.** São Paulo: Annablume, 2006.

HAMLIN, Cynthia e FERREIRA, Jonata. **Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2010.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

SOUZA, Marcelo. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2016.

_____, Marcelo Lopes de: **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: Castro et al. (orgs.): Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1995

MUNANGA, Kambengele. **ABORDAGEM CONCEITUAL DAS NOÇÕES DE RACA, RACISMO, IDENTIDADE E ETNIA.** 2003. Disponível em <http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em 10 de jun. de 2019

PORTO, J. R. S. **Poder e Território no Baixo Sul da Bahia: Os discursos e os arranjos políticos de desenvolvimento.** Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2016

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina.** In: **Anuário Mariateguiano.** Lima: Amataua, v. 9, n. 9, 1997

_____. **Colonialidad del Poder y Clasificación Social.** Special Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein – Part I. Journal of world-systems research. v.6, n.2, 2000, pp. 342-386.

_____. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, E. (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Buenos Aires, Colección Sur Sur, pp.118-142, 2005

RIBEIRO, LISYANNE. **O processo de branqueamento do território da pequena África: os movimentos de resistência ao projeto porto “maravilha.** Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 1270-1277.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização.** 6. Ed. São Paulo: Hucitec, 2001

SANTOS, Renato. **O movimento negro e sua luta antirracismo: por uma perspectiva descolonial**. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de Oliveira (org.). Geografia e giro descolonial. Experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, p. 57-77

SMITH, NEIL. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.